



A CRISE BRASIL-BOLÍVIA

* Marcos Henrique Camillo Côrtes

No dia 1º. de maio, quando o Presidente Evo Morales fez, com grande encenação e publicidade, o anúncio do decreto de nacionalização/expropriação das jazidas e instalações de petróleo e gás na Bolívia, ficou evidenciado mais um monumental fracasso na desastrosa atuação externa do Brasil ao longo de mais de dez anos.



Têm surgido numerosos artigos e declarações, inclusive de ex-Chanceleres e diplomatas aposentados, criticando, em tons inusitadamente contundentes, a postura e a conduta do Presidente Lula e de seus auxiliares imediatos em relações internacionais diante da ação boliviana. Essas condenações são mais do que merecidas e a elas acrescento minha indignação. Entretanto, julgo necessário destacar quando, por quem e quando foram lançadas as sementes desse processo continuado de desprofissionalização dos quadros do Itamaraty e de seu afastamento da tarefa, que lhe tem de caber com exclusividade, de formulação e execução da política externa do Brasil.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início de seu governo, empenhou-se em desenvolver a chamada "diplomacia presidencial". Mais do que satisfazer sua notória vaidade, essa forma de intromissão no que historicamente fora prerrogativa do competente serviço diplomático brasileiro permitiu-lhe tomar decisões que causaram imensos danos aos interesses nacionais. Tudo isso foi feito pelo então Presidente Fernando Henrique, deliberadamente, negando-se a consultar ou ouvir e até contrariando o parecer profissional do Itamaraty. A lista é longa, mas basta, a título de exemplo, destacar a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e a assinatura do Acordo para uso pelos EUA do Centro de Lançamento de Alcântara.

No que se refere à atual questão do gás boliviano, foi o então Presidente Fernando Henrique Cardoso quem determinou a implementação do até então muito questionado projeto de construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Não havia no Brasil mercado algum para o gás boliviano. É sabido que, depois de pronto o gasoduto, a Petrobras teve de desenvolver intensa campanha para persuadir as

empresas brasileiras a fazerem a conversão do óleo para o gás, a fim de que tivessem para quem vendê-lo, inclusive subsidiando a compra desse gás até 2004.



A construção do gasoduto foi inicialmente promovida pela empresa norte-americana (depois desmascarada como fraudulenta) Enron e seu verdadeiro objetivo era criar um dos mecanismos que contribuiriam para a alienação da Petrobras – o que o ex-Presidente Fernando Henrique não conseguiu efetivar, apesar do empenho com que o coadjuvou nesse sentido o ex-subversivo Henri Philippe Reichstul.

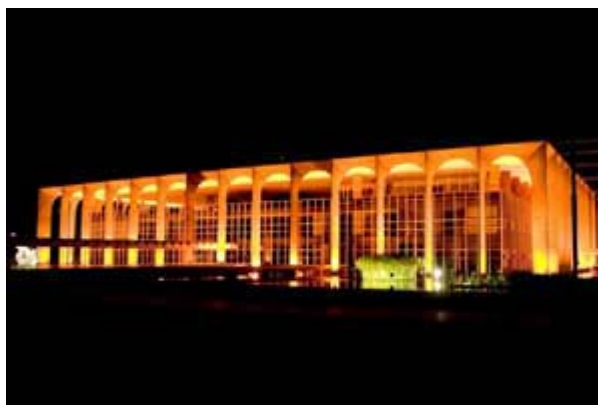
A nefasta “diplomacia presidencial” de FHC foi abraçada entusiasticamente pelo governo do PT. Enquanto o governo era conduzido de fato pelo todo-poderoso José Dirceu, a atuação do Brasil no Campo Externo (expressão correta, pois Política Externa não existia e continuou não existindo) passou a ser conduzida pela “troyka” formada pelo Assessor de Relações Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia; pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e pelo Secretário-Geral do MRE, Embaixador Samuel Pinheiro-Guimarães. Com esse esquema, montou-se um exuberante e caricato programa de viagens internacionais do Presidente Lula, saudado pelo Ministro Celso Amorim como “Nosso Guia”! Ao mesmo tempo, implementou-se programa de politização/ideologização dos quadros do MRE. Assim completou-se a demolição do prestígio profissional do Itamaraty e erodiu-se qualquer capacidade de efetiva participação do Brasil nas principais decisões no âmbito internacional de interesse prioritário para a Nação brasileira. As tão alardeadas “vitórias” internacionais do governo Lula ficaram expostas como retumbantes desastres. Em vez da “CASA” (sigla inexplicável para a pretendida “Comunidade Sul-Americana de Nações”) o que se vê é a ruína de desagregação da Comunidade Andina de Nações e do Mercosul.

Agora, o próprio Presidente Lula se queixa de que “herdou” a dependência do gás boliviano. Mas por que não começou, logo após a posse, programa que permitisse escapar dessa dependência? Por que ajudou como pôde a eleição do “compañero” Morales, que anunciara amplamente sua posição na questão? Por que Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro-Guimarães sinalizavam de todas as formas o apoio ao governo Morales? Aliás, todas as declarações, providências e omissões de todas as autoridades do governo, do Presidente aos seus Ministros e auxiliares, sinalizavam uma postura passiva, condescendente e, por incrível que parecesse, de aceitação plena da ação unilateral boliviana de confisco e de violação de acordos e contratos.

Há muitos anos tenho procurado demonstrar, em palestras e artigos, os imensos malefícios da chamada "diplomacia presidencial". O mais recente exemplo dessa série de desserviços ao Brasil por dois presidentes deixa inteiramente visível a principal finalidade dessa intromissão no âmbito próprio do Itamaraty: impossibilitar os verdadeiros diplomatas profissionais, cujo único compromisso é servir à Nação, de impedirem a adoção de medidas no campo externo contrárias aos interesses do Brasil, tomadas para satisfazer ambições políticas próprias ou ceder a objetivos de outros países. Os que praticam essa deturpação solerte da diplomacia sabem que jamais poderiam contar com a cumplicidade dos verdadeiros diplomatas para seus desígnios de lesa-pátria!

Essa sinistra rota de dilapidação do Poder Nacional só poderá ser sustada quando o Brasil voltar a ter um governante dedicado a servir, com honestidade e patriotismo, os interesses do país e não agir em função de supostas "amizades pessoais" ou proclamadas "afinidades ideológicas". Quando isso ocorrer, algumas providências têm de ser imediatamente adotadas para que se possa empreender a tarefa de recuperação do profissionalismo competente do Itamaraty e, através dele, recuperar o respeito de que o Brasil necessita. Nesse sentido, algumas medidas fundamentais serão:

1. Acatamento permanente pelo Presidente da República das atribuições institucionais do Itamaraty, abstendo-se de interferir pessoalmente no planejamento e formulação das diretrizes de Política Externa, não permitindo tampouco qualquer outra interferência. Esse acatamento significa que sua participação no Campo Externo se dará única e exclusivamente quando requerida pela Ação Diplomática desenvolvida pelo MRE.



2. Abolição de qualquer tipo de "assessoria de relações internacionais" do Chefe de Estado. O único assessor do Presidente no que se refere ao Campo Externo tem de ser o Ministro das Relações Exteriores.

3. Firmeza para impedir que ocupe o cargo de Chanceler qualquer pessoa que tenha ambições políticas pessoais, que se preocupe em agradar o Presidente ou que queira servir aos objetivos da política partidária.

4. Reformulação radical da estrutura orgânica do MRE e das redes de Missões diplomáticas e Repartições consulares.

5. Implementação urgente de todas as mudanças necessárias para restaurar a racionalidade da composição dos quadros de pessoal do Itamaraty, bem como para isentar os processos de progressão funcional e de movimentação de interferências estranhas ao MRE.

6. Reciclagem do pessoal dos quadros do Itamaraty, visando a restabelecer sua

competência profissional, incluindo a percepção correta de que os diplomatas servem ao Estado-Nação e não a qualquer governo de turno.

7. Revisão, exclusivamente à luz dos legítimos interesses nacionais, de todos os arranjos, acordos e entendimentos relacionados com o Campo Externo.

Só assim voltaremos a ser dignos do legado de Rio Branco.

*** Embaixador de carreira, aposentado a pedido, em janeiro de 2003**